

VDB F2 Geracao de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Aos Diretores e aos Acionistas da

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas VDB F2 Geração de Energia S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VDB F2 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que as Sociedades controladas encontram-se em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2017 e dependem, substancialmente, de aporte de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros até que suas operações se iniciem e passem a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

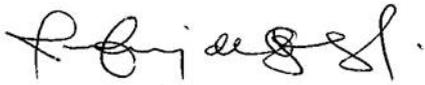
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Jose Luiz Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Nota	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	583.171	936.799	46.953	4.637.355
Aplicações financeiras	5	20.806	37.329.866	-	-
Contas a receber	6	-	63.794	-	-
Adiantamentos	6	-	33.823	-	-
Despesas antecipadas	7	-	739.212	-	-
Tributos a recuperar	8	36.173	166.752	-	-
Dividendos a receber	10	115.199	-	-	-
		<u>755.349</u>	<u>39.270.246</u>	<u>46.953</u>	<u>4.637.355</u>
Não Circulante					
Depósitos judiciais	9	-	7.192	-	-
Contratos de mútuo - parte relacionada	10	618	618	-	-
Despesas antecipadas	7	-	452.270	-	-
Investimentos em Sociedades controladas	11	179.964.913	-	60.469.846	1
Imobilizado	12	169.282	313.116.092	169.282	57.551.318
Intangível	13	1.581.378	1.581.378	-	-
		<u>181.716.191</u>	<u>315.157.550</u>	<u>60.639.128</u>	<u>57.551.319</u>
Total do ativo		<u>182.471.540</u>	<u>354.427.796</u>	<u>60.686.081</u>	<u>62.188.674</u>
Passivo					
Circulante					
Tributos a recolher	14	652	1.351.303	104	27.490
Contas a pagar	15	994	1.633.092	-	52.223
Contas a pagar - parte relacionada	10	-	15.695.977	-	1.398.574
Provisão para IRPJ e CSLL	16	-	-	891.251	891.252
Provisão para investimento com passivo descoberto	11	8	8	-	-
		<u>1.654</u>	<u>18.680.380</u>	<u>891.355</u>	<u>2.369.539</u>
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	153.270.338	-	-
Empréstimos - parte relacionada	10	-	-	58.773.831	58.798.200
Provisões para contingências		-	7.192	-	-
		<u>-</u>	<u>153.277.530</u>	<u>58.773.831</u>	<u>58.798.200</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	18	187.073.833	187.073.833	1.000	1.000
Reserva legal	18	-	-	200	200
Reserva de lucro a realizar	18	-	-	1.019.733	1.019.733
Transações de capital		(38)	(38)	(38)	-
Prejuízos acumulados		(4.603.909)	(4.603.909)	-	-
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	2
		<u>182.469.886</u>	<u>182.469.886</u>	<u>1.020.895</u>	<u>1.020.935</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>182.471.540</u>	<u>354.427.796</u>	<u>60.686.081</u>	<u>62.188.674</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

		2017		2016	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais	19	(321.687)	(884.737)	(84.706)	(279.400)
Participação de equivalência patrimonial		(1.039.460)	-	(196.016)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		(1.361.148)	(884.737)	(280.722)	(279.400)
Despesas financeiras	20	(6.936.161)	(7.001.855)	(443.421)	(444.744)
Receitas financeiras	20	2.673.466	3.525.564	2.637.341	2.637.344
Resultado financeiro líquido		(4.262.695)	(3.476.291)	2.193.920	2.192.600
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.623.842)	(4.361.028)	1.913.198	1.913.200
IR e CS correntes	16	-	-	(891.252)	(892.252)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(5.623.842)	(4.361.028)	1.021.946	1.021.948

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 de 2016

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas de capital			Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido da Controladora e do Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Transações de capital com sócios		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.000	(900)	-	-	-	(2.013)	(1.913)
Integralização de Capital	-	900	-	-	-	-	900
Mudança de participações em controladas	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.021.946	1.021.946
Reserva legal	-	-	200	-	-	(200)	-
Reserva lucros a realizar	-	-	-	1.019.733	-	(1.019.733)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.000	-	200	1.019.733	(38)	-	1.020.895
Subscrição de Capital	67.344.670	-	-	-	-	-	67.344.670
Reestruturação societária:							
Aumento de capital por transferência de mútuo obtido	3.686.804	-	-	-	-	-	3.686.804
Aumento de capital por transferência de investimentos	112.049.679	-	-	-	-	-	112.049.679
Aumento de capital por incorporação da VDB Ltda	3.991.680	-	-	-	-	-	3.991.680
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.623.842)	(5.623.842)
Reserva legal	-	-	(200)	-	-	200	-
Reserva lucros a realizar	-	-	-	(1.019.733)	-	1.019.733	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	187.073.833	-	-	-	(38)	(4.603.909)	182.469.886

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e período findo em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(5.623.842)	(4.361.028)	1.021.946	1.021.946
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Juros a realizar empréstimos parte relacionada	(40)	(40)	-	-
Provisão de Juros	-	3.729.742	-	-
Provisão de Juros parte relacionada	817.826	817.826	108.621	108.770
Provisão de IOF parte relacionada	25.114	301.803	23.283	23.283
Provisão com parte relacionada	-	918.447	-	-
Variação cambial	3.416.553	3.416.553	(2.308.080)	(2.308.080)
Depreciação	-	169.203	-	-
Capitalização de apropriação de custos de empréstimos	-	-	169.282	169.282
Juros e IOF capitalizados	-	(5.006.866)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	891.251	891.251
Reestruturação societária em 31 de maio de 2017	-	(1.460.796)	-	-
Incorporação da empresa VDB Ltda	2.375.189	2.375.189	-	-
Resultado equivalência patrimonial	1.039.460	-	196.016	-
	<u>2.050.260</u>	<u>900.033</u>	<u>102.319</u>	<u>(93.548)</u>
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Aplicações financeiras	(20.805)	(37.329.866)	-	-
Contas a receber	743	(63.052)	-	-
Adiantamentos	-	(1.225.306)	-	-
Tributos a recuperar	(1.674)	(132.250)	-	-
Tributos a recolher	550	1.323.810	104	27.492
Contas a pagar	993	1.580.869	-	52.222
Contas a pagar - parte relacionada	-	14.296.253	(4.075)	(2.099)
Outros	-	-	(169.320)	(169.283)
	<u>(20.193)</u>	<u>(21.549.542)</u>	<u>(173.291)</u>	<u>(91.668)</u>
Gerado pelas operações:				
Juros pagos de empréstimos parte relacionada	(933.763)	(1.852.209)	-	-
Provisão de IOF a pagar parte relacionada	(5)	(5)	-	-
IOF pagos parte relacionada	-	(276.689)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(891.251)	(891.251)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	205.048	(23.669.664)	(70.972)	(185.216)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controlada	(8.600.000)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	(255.733.977)	-	(55.987.563)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(8.600.000)	(255.733.977)	-	(55.987.563)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	67.344.670	156.888.401	900	900
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(60.663.800)	-
Transações de capital	-	197.992	-	-
Recursos provenientes de empréstimos com parte relacionada	1.000.000	43.726.000	60.780.725	60.805.094
Pagamento de empréstimos com parte relacionada	(59.413.500)	(74.649.905)	-	-
Recursos provenientes de empréstimos	-	149.540.597	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	8.931.170	275.703.085	117.825	60.805.994
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	536.218	(3.700.556)	46.853	4.633.215
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	46.953	4.637.355	100	4.140
No final do exercício	<u>583.171</u>	<u>936.799</u>	<u>46.953</u>	<u>4.637.355</u>
	<u>536.218</u>	<u>(3.700.556)</u>	<u>46.853</u>	<u>4.633.215</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 17º andar, parte, Centro - constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Sociedade tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase II, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da sociedade encontravam-se em fase pré-operacional. Enquanto não iniciam as suas operações, existe dependência significativa de aportes de recursos de seus acionistas ou de terceiros, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por aportes. Portanto, essas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase II, está localizada no município de Mulungu do Morro - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques deve ocorrer até o final de 2018 de forma a atender integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	30,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	28,6 MW
	<hr/>
	116,6 MW
	<hr/>

A apuração de energia produzida será quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Sociedades. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016 o Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações da usina eólica. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, ocorreu em 31 de maio de 2016, nas mesmas condições.

O início das obras para construção dos parques se deu em 1º de junho de 2017, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2018, com o início da operação comercial.

Apresentamos abaixo as principais características do projeto:

- a. Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- b. Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e

Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria em 26 de abril de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por não existir nenhuma transação que mereça ser divulgada nos termos apresentados no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Sociedade e suas controladas a seguir relacionadas:

Participação acionária

Entidades do Grupo	Controle	Participação	
		2017	2016
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A	Direto	100,00%	99,99%
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A	Direto	100,00%	99,99%
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A	Direto	100,00%	99,99%
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A	Direto	100,00%	99,99%

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) *Provisão para desmobilização*

A Administração da Sociedade entender não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, que tende a ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) *Provisões para contingências judiciais*

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e contrato de mútuo com parte relacionada.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos mútuos e empréstimos com o BNDES.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.3 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.4 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: Ágio apurado nas aquisições de negócios e Ágio com vida útil definida, sendo amortizado ao prazo de autorização para geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2017, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

3.5 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.6 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada, a partir do momento da entrada efetiva em operação. Os montantes são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável).

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional será reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, finalmente, (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

a. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros sobre o montante do principal em aberto.

3.12 Tributos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do período. Não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2017.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Considerando que a Administração resolveu alterar o regime de tributação fiscal para o lucro presumido em 2018 e face a Sociedade não apresentar histórico de lucratividade, o cálculo dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases temporárias não foi registrado em 2017.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(a) IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 *Instrumentos Financeiros*)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 *Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração*.

- **Classificação - Ativos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

- **Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo, política pela qual a Sociedade optou pela adoção.

- **Passivos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e

- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Sociedade não possui passivos financeiros mensurados ao VJR.

- **Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Sociedade incluiu uma análise para identificar eventuais melhorias em relação a informações requeridas nos processos atuais, os quais a Sociedade está em processo de implementação.

- b) IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em sua avaliação, a Sociedade não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha qualquer impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- c) IFRS 16 *Leases* (arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Sociedade está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 16 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

4 Caixa e equivalente de caixa

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Bancos	583.171	936.799	46.953	4.637.355
Total	583.171	936.799	46.953	4.637.355

5 Aplicações financeiras

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Aplicações financeiras	20.806	37.329.866	-	-
Total	20.806	37.329.866	-	-

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

6 Contas a receber e adiantamentos

6.1 Contas a receber

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Gerdau	-	63.794	-	-
Total	-	63.794	-	-

O valor acima refere-se a um pagamento em duplicidade feito à Gerdau Aços Longos S/A;

6.2 Adiantamentos

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Adiantamento diversos	-	33.823	-	-
Total	-	33.823	-	-

O valor acima refere-se a adiantamento realizado ao Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos de São Paulo. A previsão de baixa, após recebimento dos documentos fiscais, é para abril de 2018.

7 Despesas antecipadas

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Seguros	-	1.191.482	-	-
Total	-	1.191.482	-	-
Circulante	-	739.212	-	-
Não Circulante	-	452.270	-	-

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro responsabilidade civil

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Riscos de Engenharia e Condições Especiais de Obras Civas em Construção e Instalação e Montagem e Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura os Serviços de obras civis e instalação e montagem, necessários à implantação do Complexo Eólico Ventos da Bahia Fase II, de energia eólica, com vigência no período de 30/05/2017 à 09/09/2020.

Coberturas	Importâncias seguradas
Perda de lucros esperados	R\$ 114.381.439
Danos materiais	R\$ 877.220.715

Seguro Transporte

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Transportes Nacional e atrasos no início das operações em decorrência de sinistros de transportes bem como as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura o Município de Mulungu do Morro-BA. A vigência do seguro é de 30/05/17 à 09/09/18.

Coberturas	Importâncias seguradas
Danos físicos a carga	R\$ 4.000.000/frete
Atraso no início da operação	R\$ 114.381.439

8 Tributos a recuperar

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Tributos federais	36.173	159.227	-	-
Tributos municipais	-	7.525	-	-
Total	36.173	166.752	-	-

Os créditos federais acima referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados em 2017 e IR e CSLL sobre a incorporação da Ventos da Bahia Ltda pela VDB F2 Geração de Energia S.A.. Eles constituirão saldo negativo da Sociedade e serão acrescidos da taxa de juros SELIC e poderão ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9 Depósitos judiciais

	2017		2016	
	controladora	consolidada	controladora	consolidada
Civil	-	7.192	-	-
Total	-	7.192	-	-

O valor de R\$ 7.192 representa o custo com abertura do processo judicial referente ao uso de superfície.

10 Transações com partes relacionadas

10.1 Dividendos a receber

Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

Os saldos de dividendos a receber são demonstrados a seguir:

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	TOTAL
(+/-) Prejuízos acumulados anteriores	(48.507)	(48.953)	(51.174)	(49.358)	(197.992)
(+/-) Prejuízos em 31/05/2017 (reestruturação)	(312.887)	(332.798)	(304.412)	(312.708)	(1.262.805)
(+) Absorção do prejuízo (reestruturação)	361.394	381.751	355.585	362.066	1.460.796
(+/-) Lucros/(prejuízos) do exercício	78.117	85.065	(19.170)	79.341	223.353
(=) Base para a constituição de reserva legal	78.117	85.065	(19.170)	79.341	223.353
(-) Constituição de reserva legal	(3.906)	(4.253)	-	(3.967)	(12.126)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	74.211	80.811	-	75.374	230.396
Dividendos a receber	37.106	40.406	-	37.687	115.199

10.2 Contrato de mútuo concedido

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Ventos do Arthur	618	618	-	-
Total	618	618	-	-

Refere-se a mútuo com outra Sociedade do Grupo EDF, Parque Eólico Ventos da Bahia Ltda (VDB Ltda), também captado para manter capital de giro. Com a incorporação da Ventos da Bahia Ltda, em 30 de junho de 2017, pela VDB F2 Geração de Energia S/A (incorporadora), este mútuo passou a ser considerado junto à incorporadora. O saldo é atualizado com IOF, recolhido pela mutuante e juros de 1% ao mês.

10.3 Contas a pagar

	2017	2016
	Consolidado	Consolidado
Parque Eólico Ventos da Bahia I	3.856.363	343.070
Parque Eólico Ventos da Bahia III	4.084.330	369.364
Parque Eólico Ventos da Bahia IX	3.837.312	343.070
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII	3.917.972	343.070
Total	15.595.977	1.398.574

Em 15 de dezembro de 2016 foi celebrado o contrato de rateio de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF do Brasil”) e as Sociedades do projeto Ventos da Bahia Fase 2 (Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII), com participação definida na seguinte proporção, respectivamente: 24,53%, 26,41%, 24,53% e 24,53%, de um total de 116,6MW, o rateio de despesas é proporcional à capacidade instalada de cada parque. O documento trata do repasse dos custos necessários para o desenvolvimento e construção do parque eólico. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas, despesas de deslocamento. A previsão de liquidação dos valores em aberto é no primeiro semestre de 2018.

Contrato de mútuo

Em 22 de novembro de 2016, a Sociedade assinou contrato de empréstimo com a EDF EN Nouvelles S.A, cujo principal era de 16,3 milhões de euros, com as seguintes condições: EURIBOR + 3% a.a., atualização cambial, com base na cotação publicada pelo Banco Central do Brasil - BACEN e linha crédito no montante de até 50 milhões de euros. Todo o saldo principal do empréstimo, mais os juros, foram pagos em 02 de junho de 2107.

Remuneração do pessoal chave da administração

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Proventos	-	-	-	134.774
Descontos	-	-	-	(36.079)
Valor líquido	-	-	-	98.695

11 Investimentos em Sociedades controladas

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Investimentos em empresas controladas	179.964.913	-	60.469.846	-
Total	179.964.913	-	60.469.846	-

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	Ventos do Arthur	Total
Mutação do investimento						
Saldo em 31/12/2016	14.832.302	15.976.457	14.829.635	14.831.451	1	60.469.846
Reestruturação Ventos fase 2 (i)	27.482.429	29.584.806	27.482.429	27.500.015	-	112.049.679
Aporte de capital	2.109.580	2.271.260	2.109.580	2.109.580	-	8.600.000
Incorporação da VDB LTDA (ii)	10	10	10	10	-	40
Equivalencia patrimonial	(234.770)	(247.733)	(323.582)	(233.367)	(1)	(1.039.453)
Dividendos a distribuir	(37.106)	(40.406)	-	(37.687)	-	(115.199)
Investimento em 31/12/2017	44.152.445	47.544.394	44.098.072	44.170.002	-	179.964.913

- i. No dia 31 de maio de 2017 a Companhia aprovou o aumento de investimento nas investidas nos valores R\$ 27.482.429, R\$ 29.584.806, R\$ 27.482.429 e R\$ 27.500.015 das empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII respectivamente, mediante a subscrição de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. As novas ações são compostas de créditos detidos de empréstimos com a EDF EN do Brasil e créditos detidos pela EDF EN do Brasil contra terceiros, avaliados conforme Laudo de Avaliação.

	Parque Eólico Ventos da Bahia I	Parque Eólico Ventos da Bahia III	Parque Eólico Ventos da Bahia IX	Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII
Crédito de mútuo (EDF)	6.750.356	7.261.746	6.750.356	6.750.356
Crédito de Terceiros	20.732.073	22.323.060	20.732.073	20.749.659
Total	27.482.429	29.584.806	27.482.429	27.500.015

- ii. No dia 16 de junho de 2017 a Sociedade incorporou todos os direitos e obrigações da Ventos da Bahia Ltda, que englobava o valor de investimento no total de R\$ 10 em cada investida.

12 Imobilizado

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo:

	Consolidada				
	Taxa anual de deprec. %	Saldo em 31/12/2016	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Torres anemométricas	25%	-	902.416	(169.203)	733.213
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	-	54.022.715	147.786.670	-	201.809.385
Capitalizações resultado financeiro (ii)	-	169.282	5.006.866	-	5.176.148
Instalações em construção (iii)	-	3.359.321	102.038.025	-	105.397.346
Total		57.551.318	255.733.977	(169.203)	313.116.092
Custo		57.551.318			313.285.295
Deprec. acum.		-			(169.203)
Imobilizado líquido		57.551.318			313.116.092

	Controladora				
	Taxa anual de deprec. %	Saldo em 31/12/2016	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Capitalizações resultado financeiro (ii)	-	169.282	-	-	169.282
Total		169.282	-	-	169.282
Custo		169.282			169.282
Deprec. acum.		-			-
Imobilizado líquido		169.282			169.282

- (i) As adições referem-se a gastos incorridos e adiantados a fornecedores para a implantação do projeto eólico, preparação da usina e aquisição das turbinas, representados acima pelo montante de R\$ 201.809.385. A entrega das referidas turbinas está prevista para o exercício de 2018. Os principais fornecedores da rubrica adiantamento, estão relacionados no quadro abaixo:

Fornecedores	Parque Eólico Ventos da Bahia I	Parque Eólico Ventos da Bahia III	Parque Eólico Ventos da Bahia IX	Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII
VestasTurbinas Eólicas	48.162.615	51.244.709	40.162.615	48.196.684
ABB Ltda	2.778.499	2.991.446	2.778.499	2.778.499
Outros	666.080	717.579	666.080	666.080
Total	51.607.194	54.953.734	43.607.194	51.641.263

- (ii) Refere-se ao montante das capitalizações financeiras, que é composto por juros, IOF, variação cambial e comissões
- (iii) O montante R\$ 105.397.346, demonstrado em Instalações em construções, refere-se ao custo capitalizado, com base na evidência da Administração de geração de benefício econômico futuro, durante a fase desenvolvimento e construção do complexo para geração de energia eólica. Abaixo, apresentamos a composição por empresa, conforme segue:

Imobilizado	Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A	Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A	Total
Instalações em construções	25.903.285	27.511.854	26.274.489	27.707.718	105.397.346

Após o termino da construção o mesmo será depreciado conforme a vida útil.

13 Intangível

O intangível foi adquirido no ano pela Companhia, através da incorporação da empresa Ventos da Bahia Ltda.

	Taxa anual de amort. %	2017		
		Saldo em 31/12/2016	Adição	Saldo em 31/12/2015
Gastos com desenv.	-	-	1.581.378	1.581.378
Total		-	1.581.378	1.581.378
Custo				1.581.378
Amort. acum.				-
Intangível líquido				1.581.378

14 Tributos a recolher

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Tributos federais	652	38.594	104	23.987
Tributos estadual	-	23.255	-	-
Tributos municipal	-	630.553	-	3.503
INSS retido	-	658.901	-	-
Total	652	1.351.303	104	27.490

Os tributos acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

15 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
ABB LTDA	-	299.847	-	-
ANS COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTD	-	44.765	-	-
CALCARIO RIO PRETO LTDA	-	338.339	-	-
CONSTRUBARATAO CONSTRUTORA E SERVICOS	-	73.673	-	-
GEA COMERCIO DE DERIVADOS D PETROLEO	-	15.071	-	-
INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS	-	11.077	-	-
JG-ASSIS DE ALMEIDA E ASSOCIADOS	-	7.376	-	-
MASTER LIGAS COMERCIAL E INDUST. EIRELI	-	114.020	-	-
MESSTECHNIK COMERCIO E INSTR LTDA	-	80.472	-	-
PAPYRUS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME	-	204.473	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	-	50.756	-	-
ROCHA E LEITE LTDA	-	231.236	-	-
VOTORANTIM CIMENTOS NNE SA	-	154.834	-	-
ZANETTINI	-	-	-	51.510
DIVERSOS	994	7.153	-	713
Total	994	1.633.092	-	52.223

O ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 dias. O saldo consolidado está dividido da seguinte forma:

	VDB F2	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	TOTAL
ABB LTDA	-	-	-	299.847	-	299.847
ANS COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTD	-	-	-	44.765	-	44.765
CALCARIO RIO PRETO LTDA	-	92.975	92.975	92.975	59.414	338.339
CONSTRUBARATAO CONSTRUTORA E SERVICOS	-	-	-	73.673	-	73.673
GEA COMERCIO DE DERIVADOS D PETROLEO	-	15.071	-	-	-	15.071
INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS	-	11.077	-	-	-	11.077
JG-ASSIS DE ALMEIDA E ASSOCIADOS	-	575	5.651	575	575	7.376
MASTER LIGAS COMERCIAL E INDUST. EIRELI	-	-	-	114.020	-	114.020
MESSTECHNIK COMERCIO E INSTR LTDA	-	-	-	80.472	-	80.472
PAPYRUS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME	-	50.157	54.002	50.157	50.157	204.473
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	-	-	-	50.756	-	50.756
ROCHA E LEITE LTDA	-	-	-	231.236	-	231.236
VOTORANTIM CIMENTOS NNE SA	-	35.492	-	119.342	-	154.834
DIVERSOS	994	-	-	6.159	-	307.000
Total	994	205.347	152.628	1.163.977	110.146	1.633.092

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real.

No exercício de 2017, a Sociedade não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos.

Abaixo, o cálculo do ano de 2016:

Lucro Presumido

	Controladora	Consolidado
Variações cambiais ativas	2.638.975	2.638.975
Demais receitas e ganhos de capital	-	3
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	2.638.975	2.638.973
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	395.845	395.845
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	257.898	257.898
Alíquota da Contribuição Social - 9%	237.508	237.508
	891.251	891.251

17 Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa		31/12/2017
			Vencimentos		
Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+2,48 %	8,49%	2018 a 2035	153.804.000
Juros		-	-	-	3.729.742
Custos de captação		-	-	-	(4.263.404)
					153.270.338

Em 31 de julho de 2017, as controladas da Sociedade assinaram contrato de financiamento, mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 486.420.000, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2017 em um montante total de R\$ 153.804.000. O total dos custos de transação, incorridos na contratação, foi de R\$ 4.263.404 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.729.742. Os custos de captação também são considerados na composição da dívida, representando assim uma taxa de empréstimo de 8,49% a.a.

O objetivo desta captação é a implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,48% a.a., com exigibilidade mensal após o termino do período de carência, em 15 de julho de 2018. O valor do principal será amortizado em 195 prestações mensais, com início em 15 de abril de 2019, até 16 de abril de 2035.

Garantias

O empréstimo conta com garantias corporativas, penhor de ações e equipamentos.

Covenants

A partir de 2019, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o ICSD Consolidado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

18 Patrimônio Líquido

18.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 187.073.833 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 187.073.833 (1.000 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2017		2016	
	controladora	consolidada	controladora	consolidada
EDF EN do Brasil Participações	187.073.833	187.073.833	1	1
EDF Energies Nouvelles	-	-	999	999
Total	187.073.833	187.073.833	1.000	1.000

Em 2 de junho de 2017, a EDF EN do Brasil Participações adquiriu as 999 ações da empresa EDF Energies Nouvelles passando a ter 100% das ações da companhia.

Adicionalmente a aquisição das cotas acima, a Diretoria aprovou o aumento de capital em R\$ 61.000.000 reais, referente a 61.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Essas ações subscritas foram totalmente integralizadas no mesmo dia. Em virtude do aumento da subscrição, o capital da empresa passou a ser de R\$ 61.000.000, referente a 61.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de junho de 2017 foi aprovado pela Diretoria, através de Ata de Assembléia Extraordinária, o aumento do capital social da Sociedade em R\$ 115.734.483 reais, referente a 115.734.483 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, deferida em 22 de junho de 2017 na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA). Este aumento foi oriundo de créditos obtidos junto a EDF EN do Brasil Participações Ltda

Em 16 de junho de 2017 foi aprovado pela Diretoria, através de Ata de Assembléia Extraordinária, a incorporação do Parque Eólico Ventos da Bahia Ltda. pela VDB F2 Geração de Energia S.A.. Em razão da incorporação, o capital da companhia foi aumentado em R\$ 3.991.680, correspondente ao patrimônio líquido da incorporada, mediante a emissão de 3.991.680 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Adicionalmente ao aumento de capital acima, a diretoria aprova o aumento de capital em R\$ 6.344.670 reais referente a 6.344.670 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Essas ações subscritas foram integralizadas no dia 16/08/2017. A Ata foi registrada em 30 de junho de 2017 na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA).

No dia 31 de maio de 2017 a Sociedade aprovou a redução de investimento nas investidas, no valor de R\$ 361.394, R\$ 381.751, R\$ 355.585 e R\$ 362.066 das empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII respectivamente, com o cancelamento de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal detidas pela VDB F2 Geração de Energia S.A., para absorção dos prejuízos acumulados conforme registrado no balancete especial levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Resultado do exercício

A Sociedade registrou um prejuízo no montante de R\$ 5.623.842 em 31 de dezembro de 2017 (lucro de R\$ 1.021.946 em 31 de dezembro de 2016).

18.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. O saldo de 31 de dezembro de 2016, de R\$ 200 foi absorvido pelo prejuízo de 2017.

18.3 Reserva de lucros a realizar

Considerando que a parcela substancial dos resultados da sociedade foi gerada em 2016, pelo resultado financeiro, a sociedade constituiu reserva de lucros a realizar com base no artigo 197 da lei nº 6404/76 referente a parcela excedente de lucro. O saldo de 31 de dezembro de 2016, de R\$ 1.019.733 foi absorvido pelo prejuízo de 2017.

19 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Despesas administrativas				
Despesas Legais	(111.876)	(151.712)	(5.961)	(34.603)
Depreciação	-	(105.282)	-	-
Outras	(1.355)	(1.509)	(227)	(2.121)
	(113.231)	(258.503)	(6.188)	(36.724)
Impostos e taxas				
PIS e COFINS	(99)	(38.743)	-	-
IOF	(6)	(986)	(23.208)	(33.848)
Taxas Municipais	-	-	(753)	(753)
Outros impostos e taxas	(310)	(2.479)	(384)	(1.061)
	(415)	(42.208)	(24.345)	(35.662)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de Contadores	(16.154)	(172.635)	-	-
Honorários de Consultores	(111.272)	(202.357)	(48.593)	(177.834)
Honorários de Advogados	(10.390)	(39.950)	-	-
Honorários de Auditores	(6.962)	(14.769)	-	-
Publicidade	(48.538)	(121.572)	(558)	(558)
Outros serviços	(6.489)	(17.315)	(5.015)	(25.717)
	(199.805)	(568.598)	(54.166)	(204.109)
Outras receitas/(despesas) operacionais				
Provisões de natureza cível	-	(7.192)	-	-
Outras despesas operacionais	(8.236)	(8.236)	(7)	(2.905)
	(8.236)	(15.428)	(7)	(2.905)
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais				
	(321.687)	(884.737)	(84.706)	(279.400)

20 Resultado financeiro

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	547	844.593	-	-
Desconto	-	8.052	-	3
Juros	1.574	1.574	-	-
Variação cambial	2.671.345	2.671.345	2.637.341	2.637.341
Total	2.673.466	3.525.564	2.637.341	2.637.344
Despesas financeiras				
Custos de empréstimos	-	(54.455)	-	-
Encargos sobre pagamento em atraso	(16)	(40.740)	(4.559)	(4.600)
IOF	(25.114)	13.284	-	-
Juros s/ mutuo	(817.826)	(817.826)	(108.621)	(108.769)
Variação cambial passiva	(6.087.898)	(6.087.898)	(329.260)	(329.260)
Outras despesas	(5.307)	(14.220)	(981)	(2.115)
Total	(6.936.161)	(7.001.855)	(443.421)	(444.744)
Resultado Financeiro líquido	(4.262.695)	(3.476.291)	2.193.920	2.192.600

21 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Categorias	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos				
Aplicações financeiras	20.806	37.329.866	-	-
Contas a receber	-	63.794	-	-
Contrato de mútuo - parte relacionada	618	618	-	-
Dividendos a receber	230.396	-	-	-
Passivos				
Contas a pagar	994	1.633.092	-	52.223
Contas a pagar - parte relacionada	-	15.695.977	-	1.398.574
Empréstimos e financiamentos	-	153.270.338	-	-
Empréstimos - parte relacionada	-	-	58.773.831	58.798.200

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras	20.806	37.329.866	-	-
Contas a receber	-	63.794	-	-
Contrato de mútuo - parte relacionada	618	618	-	-
	<u>21.424</u>	<u>37.394.278</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de câmbio

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio. A Sociedade possui contas a pagar com partes relacionadas, em moeda estrangeira. O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas na qual os empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das sociedades do Grupo são basicamente o Real (R\$).

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - são itens objeto de hedge, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*. Caso contrário, são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa de juros da operação.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2017		2017	
	Controladora		Consolidado	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a Pagar	994	-	1.633.092	-
Contas a pagar com Partes Relacionadas	-	-	15.695.977	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	153.270.338
	994	-	17.329.069	153.270.338

	2016		2016	
	Controladora		Consolidado	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a Pagar	-	-	52.223	-
Transações com Partes Relacionadas	-	-	1.398.574	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Empréstimos - mútuos	58.773.831	-	58.798.200	-
	58.773.831	-	60.248.997	-

e. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

f. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro, demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2017. Com base em premissas por ela adotadas foram definidos três cenários diferentes. Com base no banco oficial, foi obtida a taxa TJLP, cuja taxa inicial para 2017 é de 6,75%, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2017	2016	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros						
BNDES FINEM	153.270.338	-	TJLP	21.541.627	26.927.034	32.312.441

22 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII
	Volume MWh	19.192	21.243	19.338	19.632
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2018	Total (R\$ Mil)	3.914,40	4.332,73	3.944,27	4.004,04
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
2019	Total (R\$ Mil)	23.421,67	25.924,74	23.600,46	23.958,04
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203,96	203,96	203,96	203,96
Após 2020	Total (R\$ Mil)	23.421,67	25.924,74	23.600,46	23.958,04

b. Compromissos com fornecedores

A Sociedade possui contratos assinados para recebimento de equipamentos e construção das usinas, todos celebrados em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2017:

	VDB I 2018	VDB III 2018	VDB IX 2018	VDB XVIII 2018	Total 2018
ABB LTDA	3.808.264	4.100.133	3.808.264	3.808.264	15.524.926
INOVA ENERGY ENGENHARIA LTDA	495.286	533.245	495.286	495.286	2.019.102
PAPYRUS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME	600.902	646.956	600.902	600.902	2.449.661
SETA CONSTRUÇÕES S.A	2.712.760	2.920.668	2.712.760	2.712.760	11.058.948
SETA ENGENHARIA S.A.	6.298.728	6.781.468	6.298.728	6.298.728	25.677.652
VESTAS DO BRASIL ENERGIA EÓLICA LTDA	76.295.115	82.142.437	76.295.115	76.295.115	311.027.782
ZANETTINI ARQUEOLOGIA SOC. SIMPLES LTDA	59.815	64.399	59.815	59.815	243.844
TOTAL	90.270.870	97.189.306	90.270.870	90.270.870	368.001.915